PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025

Objeto:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE DECORAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO DE RODEIO PARA O PROJETO "ALBERO DI NATALE", CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO TERMO DE REFERÊNCIA.**
SRP? ☐ Sim ☒ Não	**Valor total estimado: R$ 186.412,46** (cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e seis centavos).

Data**: 29/10/2025 às 08h10min (horário de Brasília)** no site https://comprasbr.com.br/

Exclusiva ME/EPP? ☐ Sim ☒ Não	Reserva de Item/Cota ME/EPP? ☐ Sim ☒ Não

Vistoria? ☐ Obrigatória ☒ Facultativa ☐ Não se aplica	Amostra/Demonstração? ☐ Sim ☒ Não	Margem de preferência? ☐ Sim ☒ Não

Pedidos de esclarecimentos: Até 23/10/2025 para o endereço licitacao@rodeio.sc.gov.br	**Impugnações:** Até 23/10/2025 no portal do comprasbr.

As sessões públicas dos pregões eletrônicos do município podem ser acompanhadas no Salão Nobre Municipal. O edital, anexos e outras informações estão disponíveis para *download* no sitio www.rodeio.sc.gov.br, acesso à informação https://rodeio.atende.net/?pg=transparencia.

COMISSÃO DO PREGÃO – Secretaria de Administração e Finanças
Município de Rodeio, Rua Barão do Rio branco, nº 1069, Bairro Centro, Rodeio – SC, Cep 89136-000, Telefone: (47) 33840161, *e-mail*: licitacao@rodeio.sc.gov.br

Município de Rodeio
Secretaria Municipal de Administração
Edital de Pregão Eletrônico nº 19/2025
Processo Administrativo nº 57/2025
Tipo de julgamento: menor preço
Modo de disputa: aberto

O Prefeito Municipal de Rodeio, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO, tendo por objetivo a contratação de serviços, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações, Lei Complementar nº 147/2014 e pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, sendo os trabalhos conduzidos pelo pregoeiro, com o suporte de sua equipe de apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, formam o conjunto de operadores do sistema do pregão eletrônico.

REALIZAÇÃO: O acesso ao pregão eletrônico está disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeio:

DATA DA SESSÃO: 29/10/2025.

HORÁRIO: 08h10min, horário de Brasília.

LOCAL: https://comprasbr.com.br/

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: Até às 08h do dia 29/10/2025.

ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: às 08h10min do dia 29/10/2025.

INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS: às oito horas e dez minutos do dia 29/10/2025.

*Para fins de atendimento ao horário limite para anexar as propostas no sistema, considerar-se-á o horário de Brasília, sendo que as propostas digitadas ou anexadas no sistema após o horário limite exposto não serão consideradas.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para locação, montagem, manutenção e desmontagem de decoração natalina no município de Rodeio para o projeto “Albero di Natale”, conforme especificações e quantitativos do termo de referência.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame qualquer empresa, legalmente constituída, que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital e cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

2.2. Será admitida a participação de empresas isoladas ou em consórcio, desde que com composição máxima de 02 (duas) empresas, e que sejam atendidas as condições previstas no art. 15 […] da Lei Federal nº 14.133/2021, e aquelas estabelecidas neste Edital, destacando:

2.2.1. As empresas devem apresentar na fase de habilitação, um compromisso público ou particular de constituição do consórcio, com firma reconhecida dos representantes legais.

2.2.2. As empresas consorciadas assumem responsabilidade solidária pelas obrigações assumidas no processo licitatório e no eventual contrato.

2.2.3. O compromisso de consórcio deve indicar uma das empresas como responsável principal ou líder, que será a representante perante a Administração.

2.2.4. Indicação clara e objetiva dos serviços e quantidades a serem executados por cada empresa integrante.

2.2.5. Empresas que participam do consórcio não podem participar da licitação de forma isolada nem em outro consórcio para o mesmo objeto.

2.2.6. Cada empresa do consórcio deve apresentar os documentos exigidos para habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, individualmente.

2.2.7. Os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira (caso existam) poderão ser atendidos de forma conjunta entre as empresas consorciadas.

2.3. Vedações:

2.3.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução da ata de registro de preços e/ou contrato, direta ou indiretamente:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
e) Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (Art. 9º, § 1º).

2.3.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 2.3, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de

burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

2.3.4. Empresa que pretenda realizar subcontratação, ainda que parcial.

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/ ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: licitacao@rodeio.sc.gov.br.

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.2.1. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.3. Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural, pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2.4. Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou a ata de registro de preços e/ou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.2.6. Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

4.3. Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo de dois dias úteis.

5. PROPOSTA

5.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

5.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

OBS.: Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante existente procedimento de padronização.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Habilitação Jurídica:

a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica;

d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) No caso de participação em consórcio, deverá ser apresentado compromisso público ou particular de constituição do consórcio, firmado pelos representantes legais das empresas consorciadas, com reconhecimento de firma.

OBS.: Cada empresa consorciada deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e social. Será admitido o somatório das capacidades técnicas e das informações de qualificação econômico-financeira, exclusivamente para fins de comprovação dos requisitos exigidos nessas categorias.

6.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

6.2.1. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais conjunta com a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida por órgão da Secretaria da Receita Federal, unificada com a Certidão Negativa de Débito com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014).

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

6.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

6.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

6.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade. (Lei 12.440/2011).

OBS.: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

6.3. Qualificação Econômico-Financeira:

6.3.1. Certidão negativa de pedidos de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

6.4. Qualificação Técnica:

6.4.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o proponente tenha prestado serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação. O atestado deverá ser fornecido preferencialmente em papel timbrado, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone da pessoa jurídica que emitiu o atestado, data de emissão e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo e assinatura).

6.4.2. Comprovação de capacitação da equipe em conformidade com as Normas Regulamentadoras aplicáveis:

6.4.2.1. **NR-10**: Certificados de treinamento atualizado em Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, para os profissionais que executarão atividades envolvendo instalações elétricas.

6.4.2.2. **NR-35:** Certificados de treinamento atualizado em Trabalho em Altura, para os profissionais designados à execução de serviços que envolvam montagem, manutenção e instalação em altura.

6.4.3. A empresa deverá possuir em seu quadro técnico permanente ou se comprometer a contratar, profissional qualificado (Engenheiro Eletricista, de Segurança ou Civil), devidamente registrado no conselho profissional competente, que será o responsável técnico pela execução do objeto, comprovado por meio de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

6.5. Declarações:

6.5.1. Como requisito para a habilitação no Pregão a licitante deverá anexar junto a documentação também:

6.5.1.1. Declaração de que cumpre os requisitos de Habilitação;

6.5.1.2. Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

6.5.1.3. Declaração da inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes;

6.5.1.4. Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa;

6.5.1.5. Que conhece e aceita todas as condições do edital e anexos.

7. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

7.1. A fase de habilitação se dará posterior a fase de lances e julgamento portanto será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas após a solicitação do pregoeiro ao licitante vencedor, sob pena de inabilitação.

7.1.1. O licitante poderá juntar os documentos de habilitação no sistema de forma antecipada, se assim preferir.

7.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro, ou a critério do pregoeiro devido a fatos supervenientes que ocorram durante o processo, anexados todos em um arquivo somente, denominado dentro da plataforma "comprasbr" como "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

7.3. Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação no prazo citado no item 7.1, será considerado inabilitado.

7.4. A convocação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no item 6 (HABILITAÇÃO) deste edital, em um único arquivo denominado como "Documentos de Habilitação".

7.5. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

7.6. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará provisoriamente vencedor, devendo a ser submetido a etapa da Prova de Conceito, conforme regramentos objetivamente definidos neste Edital.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Contiverem vícios insanáveis;
b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;
d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R$ 500,00 (quinhentos) reais, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

9.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9.9. O valor da proposta será reajustado pelo(s) índice(s) INPC com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

10.2. A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 4.2.3 e 4.2.4.

11.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

11.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela

considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

11.2. O disposto no item 11.1.1. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

11.3. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento (SE HOUVER);
d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.4. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
b) Empresas brasileiras;
c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de propostas, o licitante melhor classificado será analisado seus documentos de habilitação. Após o prazo citado no preambulo deste edital, do envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.2. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.3. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.4. O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 4.2.3 e 4.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, o pregoeiro analisará a documentação os documentos de habilitação anexado ao sistema.

13.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.7. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado provisoriamente vencedor, devendo submeter-se a Prova de Conceito, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) Julgamento das propostas;
c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) Anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
b) A apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato ou para retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato ou para retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital,

convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3. deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
c) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

17. VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1. O termo inicial de vigência será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 90 dias, podendo ser prorrogado até a vigência máxima descrita na Lei 14133/2021.

18.1. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

18.2. As hipóteses de cancelamento do contrato dispostas no regulamento.

18.3. No caso de cancelamento do contrato, em que o fornecedor não tiver tido ingerência sobre a descontinuidade dos serviços no mercado, não será penalizado, contudo deverá ser feita a reclassificação dos fornecedores classificados.

18.4. Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento, deverá apresentar justificativas pela não continuidade do fornecimento, sem prejuízo de aplicação das sanções dispostas no item 21 deste edital.

19. PRAZO DE FORNECIMENTO OU EXECUÇÃO

19.1. A contratada deve seguir o seguinte cronograma para garantir a execução dos serviços conforme estipulado neste contrato:

19.1.1. Início da Montagem: A montagem de todo o sistema decorativo e de iluminação deverá ser iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, assegurando que todas as condições de segurança e técnicas sejam observadas durante o processo.

19.1.2. Conclusão da Montagem: A montagem deverá ser concluída até o dia 15 de novembro de 2025. Esta data é crucial para garantir que a decoração e a iluminação estejam plenamente instaladas e funcionando para a abertura do evento natalino.

19.1.3. Início do Período de Manutenção: A manutenção contínua dos equipamentos e elementos decorativos deve começar a partir do dia seguinte ao término da montagem, estendendo-se até a data de remoção dos mesmos.

19.1.4. Retirada Completa dos Materiais: A desmontagem e retirada de todos os itens decorativos e de iluminação deverão ser concluídas até o dia 13 de janeiro de 2026. É imprescindível que os locais sejam deixados em suas condições originais após a remoção dos materiais.

19.1.5. Teste de Funcionamento: A empresa deverá realizar testes e verificações rotineiras durante todo o período de exposição, assegurando que todos os equipamentos elétricos e decorativos estejam em plena capacidade de uso.

19.1.6. Comunicado de Ocorrências: É de responsabilidade da contratada comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência grave, risco, acidente ou problema no funcionamento dos objetos contratados.

19.2. O cumprimento rigoroso destes prazos e condições garantirá não apenas a qualidade dos serviços prestados, mas também a segurança e a satisfação do público que visitará a cidade durante o período natalino. A contratada será responsabilizada por quaisquer atrasos ou falhas no cumprimento dos prazos estabelecidos, conforme as disposições legais pertinentes.

20. LOCAL DE ENTREGA OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

20.1. A prestação dos serviços de iluminação e decoração natalina deverá ser realizada nos locais previamente definidos pela Diretoria de Cultura.

20.2. A empresa contratada deverá assegurar que todas as instalações e montagens sejam realizadas de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e nos locais designado no Projeto Natal 2025, respeitando os prazos e condições acordados. A instalação dos itens deverá ocorrer nos locais designados, e a empresa será responsável pela entrega, instalação, manutenção, desmontagem e retirada dos elementos, garantindo a integridade dos espaços públicos utilizados durante as festividades.

21. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que der causa à inexecução parcial ou total do contrato, ensejar o retardamento da execução, apresentar documentação falsa, praticar ato fraudulento, comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo à Administração.

22.2. Serão aplicadas ao Contratado, garantido o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções, conforme a gravidade da infração:

22.2.1. Advertência.

22.2.2. Multa:

22.2.2.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para o retardamento da execução do objeto.

22.2.2.2. Compensatória de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, para inexecução parcial.

22.2.2.3. Compensatória de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, para inexecução total.

22.2.3. Impedimento de licitar e contratar.

22.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, entre outras inerentes ou decorrentes deste contrato:

23.1.1. Manter durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, sob pena de suspensão de pagamento.

23.1.2. Prestar os serviços conforme as especificações e quantitativos apresentados, no local e prazo determinados no contrato.

23.1.3. Fornecer a todos os prestadores dos serviços os equipamentos e treinamentos de segurança adequados, em estrita conformidade com as normas que regem a atividade, como as normas da ABNT e as Normas Regulamentadoras nº 10 e 35, provendo-os com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para cada função.

23.1.4. Instruir seus empregados sobre o uso dos equipamentos de segurança, quando necessário, e se responsabilizar integralmente pelos serviços contratados, conforme a legislação vigente.

23.1.5. Arcar com a responsabilidade civil por quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados, dolosa ou culposamente, aos bens do município e de terceiros.

23.1.6. Responsabilizar-se pela prestação do objeto do contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução do mesmo, venha a causar à contratante ou a terceiros.

23.1.7. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela contratante, atendendo prontamente às reclamações.

23.1.8. Cumprir não apenas os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, mas também as normas de segurança da Administração.

23.1.9. Assumir todas as responsabilidades e tomará as medidas necessárias para atender seus empregados acidentados ou com mal súbito. É essencial registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para os serviços prestados.

23.1.10. Responsabilizar-se em relação à instalação, manutenção, reposição e permanência dos objetos e equipamentos.

23.1.11. Realizar rotineiramente testes e verificações do funcionamento dos equipamentos elétricos.

23.1.12. Promover a manutenção contínua das partes elétricas, estruturais e decorativas, e conferir regularmente os elementos que compõem a decoração natalina.

23.1.13. Comunicar à contratante qualquer ocorrência grave relacionada a riscos, acidentes e ao funcionamento dos objetos contratados.

23.1.14. Fornecer a instalação elétrica em conformidade com todas as regras da ABNT e normas regulamentadoras, como a NBR 5410 e NR 10, sendo obrigação da contratada fornecer todos os materiais complementares necessários, incluindo cabos, eletrodutos, conectores e disjuntores.

23.1.15. Responsabilizar-se para recompor as condições originais dos elementos com defeito no prazo máximo de seis horas após o chamado oficial, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública.

23.1.16. Responsabilizar-se pela instalação elétrica que deverá ser feita com materiais apropriados para o ambiente externo.

23.1.17. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos necessários para montagem, instalação, manutenção e desmontagem, como veículos, escadas, andaimes e ferramentas, que será igualmente de responsabilidade da contratada.

23.1.18. Responsabilizar-se pela carga e o transporte dos enfeites da decoração natalina, bem como a guarda e armazenagem do material.

23.1.19. Responsabilizar-se pela montagem do sistema que deve ser concluída até 15 de novembro de 2025, com a completa retirada até 13 de janeiro de 2026.

24. DA VISITA TÉCNICA

24.1. A visita técnica aos locais dos serviços é facultativa para os licitantes. A visita técnica tem como finalidade complementar informações, visando esclarecer possíveis dúvidas sobre a interpretação das especificações da licitação e permitir o conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações contratuais.

24.2. Para a realização da visita técnica, que poderá ser efetuada pelo licitante ou por seu representante legal devidamente qualificado, é necessário agendamento prévio. Durante a visita, o licitante será acompanhado por um servidor do Município. A visita técnica deve ser realizada até o dia útil anterior à data do certame.

25. DA SEGURANÇA GERAL

25.1. A contratada deve adotar todas as medidas e precauções necessárias para garantir a segurança técnica das instalações elétricas e demais elementos presentes, assegurando que o público visitante não seja exposto a qualquer tipo de risco.

25.2. A empresa é obrigada a seguir rigorosamente as normas técnicas de segurança, tomando medidas para ocultar, proteger, camuflar ou isolar fios soltos, instalações elétricas visíveis, botões ou painéis de controle, e outros equipamentos essenciais para o acionamento dos elementos decorativos, de modo que não possam ser utilizados ou acionados indevidamente.

25.3. A contratada assume total responsabilidade por quaisquer danos ou acidentes causados aos visitantes, ao patrimônio público ou privado, incluindo a responsabilidade por eventuais indenizações, resultantes de inadequações nas instalações elétricas, mecânicas, estruturais ou em qualquer objeto incluído neste edital. Todos os itens, materiais e equipamentos instalados devem ser compatíveis com o propósito de observação, contemplação e possível interação ou manuseio, mesmo indevido, por pessoas de todas as idades, incluindo crianças.

25.4. A contratada é responsável pela avaliação criteriosa do uso de todos os materiais em ambientes externos, considerando a exposição a fatores como temperatura, chuvas, ventos, intempéries e radiação solar intensa. Todos os elementos elétricos devem ser blindados e completamente isolados para prevenir acidentes.

25.5. A contratada deverá garantir que todas as técnicas, materiais e processos aplicados, tanto na fase de pré-montagem quanto durante a execução do serviço, estejam permanentemente alinhados a esses princípios, visando a eliminação, controle e mitigação dos riscos associados à exposição pública e ao manuseio inadequado dos itens, além das questões ambientais envolvidas.

26. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

26.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: https://comprasbr.com.br/.

26.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração: https://comprasbr.com.br/ e https://rodeio.sc.gov.br/licitacoes/.

27. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. O Município de Rodeio efetuará o pagamento do objeto desta licitação no prazo de até 15 (quinze) dias após a data do Recebimento do objeto desta licitação, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, por parte da contratada, devidamente atestada pelo responsável.

27.1.2. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

a) 70% do valor até 15 dias após a instalação de todo o material e em funcionamento;

b) 30% do valor até 15 dias após a remoção completa dos materiais.

27.2. O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente de titularidade da futura contratada.

27.3. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária:

05.000 - Diretoria de Cultura, Esportes e Turismo
05.002 - Departamento de Cultura
0013.0392.0060.2012 - Manutenção dos Serviços da Cultura
150070000000 - Recursos não vinculados de Impostos
3339000000000000000 - Aplicações diretas

27.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

27.5. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice (INPC) do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

28.2. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto do presente edital, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

28.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

28.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.11. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á o resultado no sistema eletrônico.

28.12. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

28.13. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

28.14. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

28.15. O extrato do edital está disponibilizado nos endereços eletrônicos https://comprasbr.com.br/, https://www.rodeio.sc.gov.br, https://diariomunicipal.sc.gov.br/, https://rodeio.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/1/item/1/tipo/1, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 1069, Bairro Centro – Rodeio/SC – CEP 89.136-000, nos dias úteis, no horário das 07h30min às 17h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

28.16. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

28.17. Fica eleito o Foro da Comarca de Ascurra/SC para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da ata de registro de preços e/ou contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Rodeio/SC, 13 de outubro de 2025.

NEI PAULO VENTURI:52337170934

Assinado de forma digital por NEI PAULO VENTURI:52337170934
Dados: 2025.10.13 09:58:05 -03'00'

Nei Paulo Venturi
Prefeito Municipal